

Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno

João Sarmento¹

“Globes make my head spin. By the time I locate the place, they’ve changed the boundaries”

Mcluhan *et al* (1997)

1. O Urbanismo e o pós-moderno ou a Geohistória da Cidade

A ideia de que “o futuro já não é o que era” é um bom ponto de partida para um artigo que questiona o urbanismo contemporâneo, a falta de futuro da modernidade e a resistência em embarcar num projecto pós-moderno. A reinvenção das cartografias radicais do urbano (que se defende não caiu ou está a cair no totalitarismo de planeadores, burocratas e elites corporativas), deve procurar a complexidade e os territórios indisciplinados – as cidades são o lugar por excelência da fusão entre o facto e a imaginação. Argumenta-se que o urbanismo pós-moderno, ao debruçar-se sobre as especificidades espaciais, que assumem configurações particulares de relações sociais, nas formas construídas e actividade humana (Soja, 2000), através de uma abordagem mais inclusiva, flexível e eclética do que tem sido o caso nos estudos “clássicos” de geografia urbana, pode dar a entender de forma mais convincente os processos de reestruturação urbana contemporânea. O objectivo destas “variações atonais” não vai mais longe do que o de colocar uma série de questões sobre a orgânica e pluralidade das cidades contemporâneas.

O Pós-modernismo

O pósmodernismo, aplicado a muitos campos culturais diferentes, do cinema à arquitectura, da ficção ao design, pode ser compreendido como um estilo, um método ou uma época (Dear, 1986). A arquitectura tornou-se a arte paradigmática da análise do pós-modernismo como um estilo (Jencks, 1984), cujas idiosincrasias se prendem com a exagerada atenção dada às variações de fachada, à diversidade de cores, aos elementos de design e à iconografia, que mais não são do que embrulhos de presentes superficiais (Ley, 1994). As implicações deste estilo, mesmo que superficial, na constituição de significados e identidade são importantes: os estilos podem apoiar ideologias dominantes ou, pelo contrário, podem constituir “rituais de resistência”. O “ambiente construído pós-moderno” pode assim revelar variadas facetas a partir das relações cada vez mais estilhaçadas entre a agência humana e as estruturas existentes.

¹ Departamento de Geografia – Universidade do Minho

O pós-modernismo pode também ser encarado como um método, o que implica desposar o pós-estruturalismo e a desconstrução como principais estratégias de análise. A ênfase é assim colocada na forma como os múltiplos posicionamentos de um autor ou leitor em termos de cultura, classe, género, etc., têm influenciado e influenciam a escrita e leitura de um texto, sendo que os significados obtidos são múltiplos, se não mesmo infinitos. A etnografia contemporânea ganha realce, bem como a discussão das possibilidades de representação do “Outro”, num momento em que as preposições dessas mesmas representações são tão “contaminadas” pela própria posição do autor. Valorizam-se as abordagens críticas sobre o “exagero do poder da interpretação académica” e o diminuto silêncio da “agência de cidadãos comuns”. As leituras etnográficas *bottom-up* são evidenciadas e contextualizadas nos recentes estudos do urbanismo contemporâneo, por exemplo. A subtilidade encontra-se no equilíbrio entre as análises textuais e as práticas etnográficas.

Por último, o pós-modernismo pode ser abordado como uma época histórica, na qual as transformações culturais e filosóficas são contextualizadas na evolução da geopolítica e economia global, época essa que constitui um corte mais ou menos radical com uma época moderna anterior. Assim, o pós-modernismo é entendido no seio de uma transformação económica, numa cultura do capitalismo tardio (Jameson, 1984), integrado numa nova fase pós-fordista de acumulação flexível (Harvey, 1990). Nesta perspectiva, para encontrarmos um mapa cognitivo das transformações da paisagem temos que abraçar a cultura e a época pós-moderna.

O Urbanismo

Nos anos 30 do século XX, num ensaio clássico da Escola de Chicago, Louis Wirth usou o conceito de *Urbanismo* como uma forma de vida associada a uma vivência numa área urbana. Wirth estava preocupado sobretudo com questões morais relacionadas com problemas sociais urbanos observáveis. Para este sociólogo, o urbanismo incluía três componentes: a dimensão, a densidade e a heterogeneidade da população. Com esta visão, o urbano e o processo de urbanização foi posicionado em esferas separadas da economia política mais vasta, como uma categoria espacial com as suas próprias influências ambientais em indivíduos.

Mais tarde, Castells em *The Urban Question* (1972) e Harvey em *Social Justice and the City* (1973), ilustraram as significativas novas direcções da então emergente “Escola” de Economia Geopolítica Radical e as tendências que os estudos urbanos sofreram, resultantes da crise urbana dos anos 60 do século XX. As duas obras podem ser “catalogadas” como pertencendo ao campo da sociologia e geografia marxistas, e em ambas é frisado o facto de que as práticas quotidianas e os particularismos do urbanismo como forma de vida, tendem a produzir e reproduzir uma distribuição regressiva dos rendimentos que persistentemente beneficiam os “ricos” em detrimento dos mais desfavorecidos.

A revolta estudantil de 1968, com a conseqüente agitação social em Paris constituiu o gatilho de um re(pensar) radical da cidade e do “urbanism as a way of life”. Ao defender a inclusão da política nas especificidades espaciais do urbanismo, Lefebvre tornou-se uma das figuras intelectuais proeminentes deste movimento. A obra *La Production de L' Espace*, mais do que qualquer outra, foi chave na transformação dos estudos urbanos. Tal como refere Soja (2000), Lefebvre introduziu novas perspectivas na política e ideologia do espaço urbano, bem como na geohistória da modernidade e capitalismo. Um dos seus contributos mais importantes foi o de adicionar uma dimensão espacial problemática e vigorosa às análises marxistas dos fenómenos urbanos, que focavam sobretudo o materialismo histórico e as relações e processos sociais.

Para além dos modos de vida urbanos e suburbanos, dos *habitus* e práticas espaciais urbanas, analisados e entendidos na linha de Giddens ou Fetherstone, o urbanismo é também teoria e prática. Ao contrário das ideias progressistas do urbanismo, este pode ser encarado como inserido numa visão global da sociedade, fortemente politizado, não sendo apanágio somente de especialistas. O urbanismo, mais do que um campo pluridisciplinar do conhecimento, é uma prática colectiva, onde o imaginário tem também um papel importante.

Para Soja (2000), o último estágio da geohistória do espaço urbano é a formação da pós-metrópole, isto é, a cidade que resulta sobretudo dos últimos 30 anos de reestruturação urbana. Este processo pode ser observado ao longo de uma viagem que tem seguramente mais do que três décadas. Partindo da obra de Patrick Geddes *Cities in Evolution* de 1915, e mais concretamente do capítulo “world cities and city regions”, onde o autor nos revela ideias sobre as ligações e redes existentes entre *ciudades mundiais* (em vez de hierarquias de cidades dentro e através de estados nação), passando pelo importante texto de Peter Hall (1966) *The World Cities*, onde se cartografa o capitalismo global, o desenho de linhas e produção de limites como uma forma de pensar a interação dos Estado-nação com a economia global, chega-se à trilogia de livros de Manuel Castells (1996, 1997, 1998) *The Information age: Economy, Society and Culture*, que mais não é do que uma história sobre a forma como as redes tecnológicas proporcionaram a emergência de um “tempo intemporal” facilitando a transformação de uma “economia mundial” numa “economia global”.

Por vezes este percurso levaria a pensar que poderíamos desaguar na tonalidade de que as tecnologias de informação abririam possibilidades de vida em ambientes rurais serenos e tranquilos, onde as pessoas trabalhariam em *electronic cottages*. A concentração de informação e recursos em apenas alguns lugares, ligados em rede pelo poder do processamento por computador e pelas telecomunicações (Hall, 1998; Crang, 2000) tem corroído esta conclusão. Tal como mostrou Saskia Sassen, Nova Iorque, Londres e Tóquio, concentram e controlam avassaladoramente a economia global. A Era da Informação já é, e será cada vez mais, a Era das Megacidades (Borja e Castells, 1997). No entanto, estas análises da sociedade em rede são exageradas, pois facilmente se cai em perspectivas demasiado abstractas, *top-down*, sem pessoas e por vezes pouco modestas (ver Smith, 2003). Será que o capital e as suas redes explicam tudo, estando ausente a contingência e a agência humana?

A globalização do capital, do trabalho e da cultura é, mais do que nunca, a essência das cidades, ligando o local com eventos globais e vice-versa; as ligações entre o global e o local levaram à difusão do urbanismo e da urbanização a todos os cantos do globo (Soja, 2001). A globalização teve também o efeito de produzir as cidades mais heterogêneas da história, sendo que esta diversidade, muitas vezes etiquetada simplesmente como multiculturalismo, tornou-se numa das marcas do urbanismo pós-moderno. Quimeras das catastróficas implicações ecológicas do *urban sprawl* de *Cities of Quartz* e *Ecology of Fear* (Davis, 1990 e 1998) são hoje transpostas a uma escala muito mais abrangente para as realidades de Banguetocoque, Nova Deli ou São Paulo. Estas megacidades articulam e ligam processos e funções à escala global (mesmo não constituindo centros dominantes desta economia), afectando centenas de milhões de pessoas, ligando redes de informação e concentrando poder, ao mesmo tempo que funcionam como receptáculos de vastos sectores da população que luta por sobreviver (Borja e Castells, 1997).

Excepcionais mutações urbanas sucedem-se em cidades Asiáticas, particularmente na China, desde que Deng Xiaoping decidiu criar as novas cidades ou zonas económicas especiais de Shenzhen, Zhuhai e Pudong. As cidades do *Perl River Delta*, constituem um novo sistema urbano, em que cada parte é simultaneamente competitiva e dependente

de qualquer outra. Aqui, a cidade não é monumentalidade; a velocidade de construção acarreta um processo de estandardização que tende a inibir o planeamento urbano, abrindo caminho ao urbanismo genérico da monocultura paisagística de que nos fala Dear e Flusty (1998).

Destaca-se no entanto que não há cidades puramente pós-modernas ou regiões urbanas completamente pós-metropolitanas (Soja, 2000), e que provavelmente nunca as haverá. Continuidades com o passado, pelo menos com formas claramente modernistas de urbanismo e urbanização persistem um pouco por toda a parte, moldando várias dimensões espaciais, sociais e históricas da vida urbana contemporânea. Giddens (1990) vai mais longe, argumentando que não vivemos ainda num universo pós-moderno.

Um Novo Urbanismo?

Nos anos 90 do século XX, uma corrente de planeamento, arquitectura e design adoptou uma postura essencialmente anti-suburbana e neo-tradicionista designada por *Novo Urbanismo*, que não passa, no entender de alguns, de uma reacção política fortemente paroquial às novas realidades urbanas da vida nas cidades. A rejeição da admiração de Venturi pelas *Disneylands*, pela *Strip* de Las Vegas e pela ornamentação suburbana é total (Venturi *et al.*, 1972). Relph (1987) refere que o equivalente do planeamento no pósmodernismo é o design urbano, e como tal, dá-se importância à coerência do panorama da cidade, incluindo as zonas históricas, às relações entre edifícios antigos e novos, às formas dos espaços e aos pequenos melhoramentos das ruas como sejam os passeios, os bancos e restante mobiliário urbano. A ênfase prende-se com a qualidade visual (ignorada desde o Movimento de Daniel Burnham da *Cidade Bela*), negligenciando os problemas sociais mais prementes, camuflando-os com artificios. Mas o *Novo Urbanismo* depara-se com “deformidades monstruosas” (Katz, 1994), como sejam a falta de autenticidade, a falta de sentido de lugar, os subúrbios ou *ex-urbs* sem alma em expansão, as cidades nas margens sem mente ou os centros em colapso ou em fragmentação.

O *Novo Urbanismo* oferece algo positivo bem como nostálgico, perseguindo um interesse nas ruas e na arquitectura cívica como espaços de sociabilidade, se bem que rejeitando a concepção fragmentada do urbanismo pós-moderno. Há assim uma tentativa (utópica?) de transformar cidades grandes e aparentemente fora de controlo, num conjunto de vilas urbanas interligadas, onde as pessoas socializam de forma cívica e urbana. Harvey (2000, p.170) é muito crítico em relação a esta abordagem: “ (...) the darker side of this communitarianism remains unstated (...)”, pois as comunidades bem estabelecidas erguem-se geralmente excluindo o “outro”, internalizando a vigilância, o controlo social e a repressão. Na sua materialização prática o *Novo Urbanismo* constrói uma imagem de comunidade e uma retórica de orgulho e consciência cívica baseada no sentido de lugar para aqueles que não o precisam.

O novo urbanismo também pode ser percebido para além desta dimensão estética da cidade, com a sua rejeição do suburbano. Pode ser entendido na medida da reestruturação contemporânea das escalas espaciais, que é também responsável por iniciar um novo regime urbano, caracterizado pelas reestruturações dramáticas entre a produção económica, a reprodução social e a governação política. Apesar do principal mecanismo regulador da urbanização ser o sistema de planeamento, verificamos que a cultura do planeamento, bem como a da arquitectura, se tem divorciado das suas origens sociais. O planeamento passou a ser visto, em muitos casos, como um impedimento do funcionamento das forças de mercado. Através das chamadas “Corporações de Desenvolvimento” e das *Entreprise Zones* (Hall, 1999), o sistema de planeamento tornou-se um mecanismo para facilitar, e não

regular, o desenvolvimento urbano e económico². Este afastamento do planeamento com um papel regulador contribuiu para o desenvolvimento fragmentado do ambiente urbano (Hall, 1998), sendo que os planeadores dos novos espaços urbanos raramente “olham” para além dos seus fragmentos.

Presentemente, muitos centros de cidades estão a sofrer um revivalismo profundo: “(...) the terrain of the inner city is suddenly valuable again, perversely profitable (Smith, 1996, p.6).” Estes desenvolvimentos em áreas do centro das cidades que estavam em declínio mostram uma extensa reimaginação dos centros urbanos e implicam uma combinação de reabilitação física e processos de animação cultural³. Valoriza-se o património e a história local numa lógica estética e de entretenimento. A cidade é colagem e *pastiche*, é um palimpsesto onde é o Mickey Mouse que ensina os arquitectos (Venturi, 1972 citado em Harvey, 1990, p.60).

No entanto, a requalificação urbana, enquanto processo de intervenção social e territorial, pressupõe um conjunto de acções integradas numa lógica de desenvolvimento urbano, agindo assim, na dimensão da qualidade e das condições de vida dos diversos grupos sociais, particularmente aqueles que são mais marginalizados, assumindo uma postura de democracia social e de generalizada apropriação individual e colectiva dos espaços em questão.

A urbanização dos subúrbios pode considerar-se uma outra parte integrante da transição urbana. Esta reestruturação foi particularmente bem caracterizada por Garreau (1991) na sua análise de *Edge Cities*, onde cidades da margem se tornaram os “novos corações da nossa civilização”. Se é verdade que as *Edge Cities* ou *Outer Cities* são sintomáticas do desenvolvimento urbano em todo o globo, elas emergem de formas distintas. Por um lado, temos exemplos de sucesso que representam a localização casual de *clusters* de empregos, indústria, habitação, escritórios, comércio, entretenimento e infraestruturas de transporte; por outro lado, existem exemplos que revelam que esta confluência de recursos está francamente desequilibrada.

Pretende-se um processo de intervenção territorial, processo este social e político, que atinja uma maior qualidade urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção urbana, de um melhor equilíbrio no uso e ocupação de espaços e na capacidade criativa e de inovação dos agentes implicados neste processo?

2. A emergência da Escola de Los Angeles

Vários autores (Jencks, 1984; Dear, 1986; Dear e Flusty, 1998; Soja, 2000, 2001) têm defendido que nas últimas décadas, no contexto da teoria urbana, Los Angeles tem assumido uma posição comparável à que assumiu Chicago no início do século XX. Los Angeles revelou-se como a primeira cidade a falar a linguagem do movimento e não a do monumento (Jencks, 1984). Um vasto número de académicos e mesmo de relatos e críticos populares, tem construído a cidade do Pacífico como arquétipo da urbanização contemporânea e futura. Tal como Chicago era o centro de uma importante Escola de

² Harvey (2000) refere-se a *feeding the downtown monster* no processo das parcerias público-privado das docas de Baltimore.

³ A *gentrification*, ou seja a enobrecimento de espaços centrais que passam a ter como residentes a *gentry*, isto é, uma classe burguesa com forte capital cultural, é também uma das características mais interessantes e importantes do que está a acontecer nas *inner cities*. Este processo, fortemente ligado à reabilitação e renovação de áreas antigas e degradadas, incentiva a mistura de usos e a criação de novas centralidades.

Sociologia Urbana, Los Angeles concentra um conjunto notável de intelectuais que fazem parte de uma “Escola” de estudos urbanos. LA e o Sul da Califórnia têm sido usados como laboratórios de investigação de processos de urbanização emergentes no final do século XX e princípio do século XXI, funcionando como protótipos poliglotos, policêntricos, como um *pastiche* policultural que reescreve os Estados Unidos e muitos aspectos do urbanismo contemporâneo um pouco por toda a parte⁴.

As preocupações principais desta Escola centram-se na reestruturação do urbano, isto é, nos processos de desindustrialização e reindustrialização, no crescimento da economia de informação e conhecimento, no declínio do papel do Estado-nação, na emergência de novos nacionalismos e no crescimento da importância do *Pacific-Rim* no contexto global (Dear e Flusty, 1998)⁵. A Escola de Los Angeles, tem, no entanto, sido criticada sobretudo por atender a escalas de análise macro, negligenciando a teoria urbana orientada para a agência humana e para as práticas sociais e espaciais das pessoas. A criação e manutenção das redes de cidades globais devem-se às relações que estão vivas e fervilhantes com movimento, práticas, actuações e contingência (Amin e Thrift, 2002).

Existe também quem afirme que não é muito claro o que caracteriza esta *LA School* para além do seu óbvio interesse na cidade de Los Angeles, (Lees, 2003). Se na Escola de Chicago de Park existia uma partilha de uma metodologia, um empenho genuíno na investigação etnográfica, a sua sucessora do Pacífico tem dificuldades em estabelecer uma metodologia coerente, sendo criticada por optar por uma geografia que dá prioridade às citações (*citing e campus geography*), em oposição a um trabalho empírico primário (*sighting*). As “expedições” geográficas, as vozes do público, aqueles mais afectados pelas políticas urbanas, são preteridos e silenciados, em virtude de análises de poemas e literatura: “an exaggeration of the power of academic interpretation and the diminution of the agency of ordinary people” (Jackson, 1999, p.401). Enquanto nos debruçamos nos “protosurps” e membros da “cybergeoisie” (Dear e Flusty, 1998), esquecemo-nos dos verdadeiros habitantes da cidade. Quais serão as implicações de uma deslocação de análises textuais para práticas etnográficas nesta “nova” geografia urbana? Simultaneamente, a importância da condição (ou processo) de *Heteropolis*⁶ (Jencks (1996, p.47) cria oportunidades para diversos arquitectos, geógrafos, sociólogos e urbanistas, entre outros, explorarem a variedade, a diferença e a pluralidade: diversas obras da Escola de Arquitectura de Los Angeles, como o trabalho de Frank Gehry e Eric Owen Moss, combinam diversos textos e múltiplas vozes: diálogos entre o formal e o informal, o presente e o passado, o industrial e o vernáculo, o animal e o mecânico.

⁴ Jencks (1993, p.7) defende que “Los Angeles, like all cities, is unique, but in one way it may typify the world city of the future: there are only minorities. No single ethnic group, nor way of life, nor industrial sector dominates the scene. Pluralism has gone further here than in any other city in the world (...)”.

⁵ O filme *Blade Runner* de Ridley Scott, adaptado do livro *Do Androids Dream of Electric Sheep?* de Philip Dick, é um filme de ficção científica popular, que exemplifica muitas das características do pós-modernismo, e presta particular atenção à conceptualização e significado do tempo e do espaço. O argumento explora as questões desenvolvidas por Baudrillard sobre o simulacro, e aspectos ligados à fluidez de movimento no espaço e ao espaço-tempo da comunicação global instantânea. O filme mostra também o espaço de Los Angeles em 2019, caracterizado pela desindustrialização e decadência pós-industrial e por imagens, símbolos e sinais que revelam a erosão de fronteiras, que representam a competição de perspectivas numa condição caótica que sugere a fragmentação e incerteza física e social que ilustram algumas facetas da estética pós-moderna.

⁶ Foucault definiu o conceito de Heterotopia como lugares “which have the curious property of being in relation with all other sites, but in such a way as to suspend, neutralise, or invert the sets of relations that they happen to designate, mirror or reflect”.

3. A Fragmentação Urbana

“The city has no completeness, no centre, no fixed parts. Instead, it is an amalgam of often disjointed processes and social heterogeneity, a place of near and far connections, a concatenation of rhythms, always edging in new directions.” (Amin e Thrift, 2002, p.8)

Há cerca de uma década e meia, Harvey (1990) argumentava que o pós-modernismo cultivava uma concepção do tecido urbano como necessariamente fragmentado, um palimpsesto de formas passadas sobrepostas e uma colagem de usos contemporâneos, muitos dos quais podem ser efémeros. Salgueiro (1999, p.225) refere-se à fragmentação urbana como uma “organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca”. A colecção de fragmentos de pequena escala que Frank Gehry tem produzido em Los Angeles, que condensa o espírito de lugar da *Heteropolis*, com as suas metáforas irónicas e ambíguas, simboliza o conceito de cidades-arquipélago, formadas por ilhas que flutuam e vagueiam na paisagem residual, supérflua e desinteressante (?). As novas cidades, mais fragmentadas na sua forma, mais caóticas na sua estrutura e geradas por processos de urbanização diferentes das suas predecessoras, foram baptizadas por Lewis (1983) de “galactic metropolis”, isto é, cidades que em vez de serem uma única entidade coerente, consistem num número de desenvolvimentos residenciais e comerciais espectaculares e de grande dimensão, entremeados por vastos espaços ambientalmente e economicamente degradados.

Mike Davis, em *Ecology of Fear* (1998), analisa como a formação de uma ecologia do medo tem levado ao crescimento e difusão de um urbanismo obcecado pelo temor da violência e do crime urbano, com a consequente intensificação do controle espacial e social: superfícies comerciais panópticas, condomínios fechados, espaços públicos vigiados, etc. A pós-metropole de Soja é um arquipélago de cidades encarceradas, ilhas de enclausuramento e de protecção antecipada contra os perigos reais e imaginados da vida urbana quotidiana.

Uma outra perspectiva de fragmentação é a de que algumas cidades, ao operarem como actores na cena internacional sem recurso à mediação dos seus governos nacionais, e por vezes indo mesmo contra os interesses gerais destes últimos (Dematteis, 2001), resultado da participação de diversos actores em redes globais, contribuem para a fragmentação de territórios em unidades funcionais mais ou menos autónomas. A cidade liga-se a territórios distantes que “pertencem” a uma mesma rede, enquanto se vai desligando de territórios contíguos e hierarquicamente ou administrativamente superiores aos quais pertence em termos funcionais ou institucionais, sendo que em muitos casos esgotam-se os vínculos das cidades com as suas geografias locais (Sorkin, 1992).

A reestruturação urbana tem levado à criação de dois espaços distintos. De um lado, registamos o crescimento de *Dead Public Spaces* (Sennett, 1992), isto é, praças desoladas que envolvem modernos edifícios de escritórios, e de outro lado, constatamos o desenvolvimento de *Festive Spaces* que encorajam o consumo – a requalificação urbana de centros de cidades e a proliferação de grandes superfícies comerciais. Aparentemente muito distintos, ambos os espaços, *Espaços Públicos Mortos* e *Espaços Festivos*, se constroem sobre uma percepção de necessidade de ordem, segurança, vigilância e controle sobre o comportamento do público. Mas até que ponto a revitalização e regeneração urbana de praças, ruas e calçadas, teatros e cafés implicará o renascer e o re-encantamento dos espaços públicos? Não será que o proliferar de grandes superfícies comerciais como espaços aparentemente públicos que constroem significados importantes para as pessoas (leia-se consumidores), espaços fortemente regulados onde existem restrições ao comportamento e a determinadas actividades, em simultâneo com a crescente privatização de vários espaços públicos como praças e ruas e o aumento de vigilância urbana através de circuitos fechados

de vídeo vigilância, não contribui para o declínio da importância dos espaços públicos? Em cidades cada vez mais compostas de culturas e subculturas, a interação versus a coexistência, a participação versus a condição transitória, leva-nos a questionar a utópica noção do espaço público como fraterna comunidade de estranhos. Onde se posiciona a ideia de Olmstead de conceber parques como válvulas de segurança, misturando classes e etnias, no contexto da privatização da arquitetura e território da esfera pública?

Um movimento importante que caracteriza uma “fuga” da classe média-alta aos espaços públicos para as suas próprias celas fortificadas e para os seus estilos de vida insulares e exclusivos, é consequência directa da urbanização dos subúrbios e do processo frequentemente designado de Terço-mundialização da *Inner City*. Os movimentos de Desenvolvimentos de Interesse Comum, nos quais os residentes possuem ou controlam áreas comuns e equipamentos partilhados, reflectem a evasão da cidade e a autarcia social. As classes privilegiadas afirmam os seus privilégios sociais ao escapar dos “perigos” urbanos. A lógica de proximidade geográfica ou visibilidade ecológica é desvalorizada em detrimento de uma pertença internacional e de uma vivência ou aparência cosmopolita.

Mitchell (2001) argumenta que a cidade pós-moderna, quando examinada “de baixo”, isto é, da perspectiva dos efeitos que são produzidos nos seus residentes mais pobres e marginalizados, não revela ser o resultado de um conjunto de processos aparentemente aleatórios, mas a consequência de planos e estratégias concertadas como o dismantelar de benefícios sociais, o recuo da habitação social ou a reconfiguração do policiamento de forma a assegurar a marginalização. Não existem já diversos exemplos de comunidades suburbanas que foram “abandonadas” pelo Estado, deixando de ter controlo policial e serviços de educação, sendo os próprios residentes a organizarem-se defensivamente, contratando “empresas de segurança”?

A análise da paisagem urbana da cidade pós-moderna deve socorrer-se dos recentes desenvolvimentos na interpretação e análise da paisagem das últimas décadas no seio da “Nova” Geografia Cultural, onde a ideia de paisagem pode ser vista como um texto polisémico, polifónico e atonal, onde as figuras de estilo e de retórica se sucedem sem uma estrutura aparente ou mesmo existente. Enquanto que a paisagem da cidade histórica manteve a sua expansão, história e forma através da tradição e dos monumentos (o monumento pretende ser a expressão tangível da permanência de valores e da representação do poder), a paisagem da cidade pós-moderna assenta sobretudo em processos, no movimento e na efemeridade. Para Banham (em Soja, 2001), a paisagem de Los Angeles é uma polimorfia de automóveis, casas suburbanas, pranchas de surf e auto-estradas, e esta tanto é uma cidade como um aglomerado de paisagens, costurado com elementos urbanos e infraestruturas. A paisagem urbana contemporânea caracteriza-se pela “explosão” dos territórios urbanizados e pela sua pluralidade. Tal como refere Domingues (2002), as “novas” paisagens urbanas oscilam entre a magnitude das mega-conurbações, as *Silicon landscapes*, os *Technoburbs* e as paisagens heterotópicas de Disney. A forma como estes retalhos se abraçam ainda nos escapa. Quais os processos aqui em jogo? Que formas paisagistas podemos descobrir? São superficiais? Neutras? E como vivem e como se sente quem se move nestes espaços e nesta paisagem em constante mutação? Onde cabe a ideia de Auge (1994) de que a sobremodernidade cria sobretudo *Não-Lugares*?

Contrastando com esta pluralidade, a cidade pode ser vista como uma manta de retalhos de paisagens homogêneas, sendo a estandardização consequência da velocidade de construção e da sociedade de consumo. Para Costa (2001), este é o resultado da sobreexposição das cidades à globalização, meros instantes num espaço global de fluxos, notada particularmente nas cidades Asiáticas. O exemplo da emergência da megacidade Hong-Kong – Guandong (à semelhança das Megalopolis de Gottmann), é particularmente

revelador: uma unidade funcional com descontinuidades territoriais, sem nome e sem definição administrativa, com uma população de cerca de 50 milhões de habitantes. A multinuclearidade é evidente, se bem que, ao contrário do sul da Califórnia, exista uma hierarquia pronunciada: Hong-Kong é o centro cosmopolita global, Guangzhou assume o papel de sede do poder político provincial, Shenzhen desempenha a sua função de relações com o poder central, fazendo a interacção entre o resto da China e a plataforma de exportação de Hong Kong; finalmente Macau especializa-se cada vez mais em ser a Las Vegas do sul da China.

As transformações na forma espacial ocorrem a par das mudanças das imagens geográficas da cidade, e assim no seu próprio significado. Existem formas subtis e suaves de regulação espacial e social, que reestruturam o imaginário urbano e os modos como este afecta a vida quotidiana na cidade contemporânea. A crescente confusão e sobreposição entre o real e o imaginado – a hiperrealidade de Baudrillard (1983) e as imagens simuladas que são cada vez mais percebidas como realmente materiais e constituintes da realidade urbana – destaca-se.

A visão da cidade como parque temático – as paisagens heterotópicas de Disney – usado aqui como uma metáfora que descreve as comodidades embutidas nas paisagens de um sonho (Americano?), não passa da ascendência de um conjunto de lugares de simulação sem fim (Sorkin, 1992), caracterizados por uma a-espacialidade acoplada de vigilância e controlo físico e tecnológico. Dado que as cidades são entendidas como espaços ou arenas de interacção social, mais do que como lugares que contêm objectos, como edifícios, a paisagem urbana é vista como um processo saracoteado. Soja (2000) refere-se a estes espaços como *Simcities*, fazendo alusão ao famoso jogo de computador que constituiu o “simulador urbano original”, que não precisa mais de ser jogado, pois existe na vida quotidiana urbana⁷.

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação (e Conhecimento?) tem e vai continuar a afectar o desenvolvimento da morfologia das cidades, encorajando a descentralização de actividades, contribuindo para a constituição de redes espacialmente dispersas de empresas, escritórios e unidades de R&D. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das redes de telecomunicações está estruturado pelas dinâmicas sociais e económicas existentes, que reproduzem desigualdades e criam novas marginalidades e centralidades territoriais: *ghetos* electrónicos povoados pela *information underclass*. Fisicamente separada por estradas e automóveis, entre condomínios fechados e *shoppings malls* vigiados, a telemática reforça as segregações existentes ao reduzir encontros não planeados, aprofundando a

⁷ Durante os anos 90 do século XX foi iniciada a construção da cidade de *Celebration*, na Flórida, cerca de Orlando. Esta cidade, projectada pelos arquitectos Robert Stern e Jacquelin Robertson e construída pela Disney é um bom ponto de partida para uma análise de certas características associadas ao urbanismo pós-moderno, neste caso de um novo urbanismo corporativo. Nas palavras dos promotores: “The heart of CELEBRATION is a commitment to community, education, health, technology, and a sense of place. These cornerstones form the building blocks for the dynamic and special place we call home” (URL: www.celebrationfl.com, 22 de Maio de 2004). Os artificios do projecto, que incluem colunas de plástico proto-coloniais e relvados cuidadosamente plantados defronte das casas, destinam-se a dar a sensação de bairro, de comunidade e a construir um sentido de lugar. Como nos parques temáticos adjacentes da Disney, o controlo é um tema central. Esta filosofia faz, de certa forma, eco das que Olmstead impôs em Riverside, onde cada lote incluía todos os pormenores até à percentagem da relva, árvores e arbustos. Este desenvolvimento de *Celebration* é sintomático do proliferar de condomínios fechados, recente inovação em imobiliário de tendências suburbanísticas que se iniciou nos Estados Unidos nos anos 70. Mas, ao contrário destes desenvolvimentos, onde existem casas de guarda, barreiras físicas, dispositivos de vigilância electrónica e forças de segurança privada, em *Celebration*, a Disney não construiu um condomínio fechado, mas um espaço insular e exclusivo com fronteiras invisíveis, uma “comunidade amuralhada sem portões: o supremo paradoxo” (Teyssot, 2002).

crise na cidade em vez de contribuir para uma solução (Crang, 2000). O *tele-burbanite* é simultaneamente um vilão e vítima. A uma escala urbana, medra a dualidade espacial, uma dualidade intrametropolitana, onde espaços do mesmo sistema não se articulam e por vezes nem se vêem. Prosseguimos na direcção da Cidade Dual (Borja e Castells, 1997) multifacetada?

4. Nota Final

As cidades contemporâneas já não podem ser olhadas e analisadas como entidades estáveis, individuais, constituídas por um corpo físico – *urbs* – e por uma mente organizacional – *civitas*. Conceitos tradicionais como “subúrbio”, “rurbano”, “sprawl”, a “frinja urbano-rural”, não são mais apropriados para descrever as novas formas de urbanização e urbanismo. À medida que o mundo tende para a urbanização generalizada, no contexto da globalização económica e da revolução da informação, a urbanização constrói e destrói cidades, fragmentando o território, incluindo, mas sobretudo marginalizando cidadãos. A reflexão sobre a forma como os processos urbanos contemporâneos têm sofrido uma reestruturação profunda (mesmo permanecendo ainda maioritariamente capitalistas), especialmente através da revolução das telecomunicações, da transformação da natureza do trabalho e da globalização é enriquecida se trouxermos o património de uma abordagem pós-moderna, consequência do modo como fluxos materiais e de informação local e interlocal intersectam uma economia globalmente integrada e em rápida convergência que é movida pelos imperativos da flexibilidade.

Bibliografia

- AUGÉ, M (1994) *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*; Bertrand Editora; Venda Nova (1ª Ed. de 1992).
- AMIN, J; THRIFT, N (2002); *Cities: Reimagining the Urban*; Polity Press; Londres.
- BAUDRILLARD, J (1983); *Simulation*; Semiotext(e); Nova Iorque.
- BORJA, J; CASTELLS, M (1997); *The Local & the Global: Management of Cities in the Information Age*; Earthscan Publications.
- CASTELLS, M (1996); *The Rise of the Network Society*; Blackwell; Oxford.
- COSTA, X (2001); “Cidades Sobre-Expostas: De Los Angeles de Banham à Singapura Nodal”; *In Si(s)tu*; Revista de Cultura Urbana – Paisagem; 3 & 4; Porto.
- CRANG, M (2000); “Public Space, Urban Space and Electronic Space: Would the Real City Please Stand Up?”; *Urban Studies*; 37(2); pp.301-317.
- DAVIS, M (1990); *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*; Verso; Londres e Nova Iorque.
- DAVIS, M (1998); *Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster*; Metropolitan Books – Henry Holt; Nova Iorque.
- DEAR, M (1986); “Postmodernism and planning”; *Environment & Planning D: Society and Space*; 4; pp.367-384.
- DEAR, M; FLUSTY, S (1998); “Postmodern Urbanism”; *Annals of the Association of American Geographers*; 88(1); pp.50-72.
- DEMATEIS, G (2001); “Shifting Cities”; *In Minca, C (Eds.); Postmodern Geographies*; Blackwell; Oxford.
- DOMINGUES, A (2002); “Novas Paisagens Urbanas”; *Jornal Arquitectos*; Maio-Junho; pp.110-115.
- GARREAU, J (1991); *Edge City: Life on the New Frontier*; Doubleday; Nova Iorque.
- GIDDENS, A (1990); *The Consequences of Modernity*; Blackwell; Oxford.
- HALL, T (1998); *Urban Geography*; Routledge; Londres.
- HALL, P (1999); *Cities in Civilization*; Phoenix Giant; Londres.

- HARVEY, D (1990); *The Condition of Postmodernity*; Blackwell; Oxford.
- HARVEY, D (1992); "Social Justice, Postmodernism and the City"; In Hamnett, C (Ed); *Social Geography*; Arnold; Londres.
- HARVEY, D (2000); *Spaces of Hope*; Edinburgh University Press; Edinburgh.
- JACKSON, P (1999); "Postmodern Urbanism and the Ethnographic void"; *Urban Geography*; 20 (5); pp.400-402.
- JAMESON, F (1984); "Postmodernism or the cultural logic of late capitalism"; *New Left Review*; 146; pp.53-92.
- JENCKS, C (1984); *The Language of Post-modern Architecture*; Londres.
- JENCKS, C (1993); *Heteropolis. Los Angeles, the Riots and the Strange Beauty of Hetero-Architecture*; Academy Editions; Londres.
- JENCKS, C (1996); "Hetero-architecture and the L.A. School"; In Scott, A, J; Soja, E, W (Eds.); *The City. Los Angeles and Urban Theory at the End of the Twentieth Century*; University of California Press; Berkeley.
- KATZ, P (1994); *The New Urbanism: Toward an Architecture of Community*; Nova Iorque.
- LEES, L (2003); "Urban Geography: 'New' urban geography and the ethnographic void"; *Progress in Human Geography*; 27(1); pp.107-113.
- LEFEBVRE, H (2000); *La Production de l'espace*; Anthropos; Paris; 1ª Ed 1971.
- LEWIS, P (1983); "The galactic metropolis" In Platt, R, H e Macinko, G (Eds.) *Beyond the Urban Fringe*; University of Minnesota Press; Minneapolis.
- LEY, D (1994); "Postmodernism"; In Johnston, R, J; Gregory, D; Smith, D, M (Eds.); *Dictionary of Human Geography*; Blackwell; Oxford.
- MCLUHAN, M; FIORI, Q; ANGEL, J (1997); *War and peace in the global village*; Hard Wired; São Francisco.
- MITCHELL, D (2001); "Postmodern Geographical Praxis? The Postmodern Impulse and the War against Homeless People in the 'Post-justice' City"; In Minca, C (Eds.); *Postmodern Geographies*; Blackwell; Oxford.
- RELPH, E (1987); *A Paisagem Urbana Moderna*; Edições 70; Lisboa.
- SALGUEIRO, T, B (1999); "A cidade fragmentada"; *Inforgéo*; Vol.12-13; III Congresso da Geografia Portuguesa, Setembro 1997 – Porto; Colibri.
- SASSEN, S (1991); *The Global City. New York, London, Tokyo*; Princeton University Press; New Jersey.
- SCOTT, R (1982) *Blade Runner*; Warner Studios [Filme em VHS; 117 minutos].
- SENNETT, R (1992); *The Fall of the Public Man*; W. W. Norton; Nova Iorque (1ª Ed. de 1976).
- SMITH, G, S (2003); "World City Actor-networks"; *Progress in Human Geography*; 27(1); pp.25-44.
- SMITH, N (1996); *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*; Routledge; Londres.
- SOJA, E, W (1989); *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*; Verso; Londres e Nova Iorque.
- SOJA, E, W (2000); *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*; Blackwell; Oxford.
- SOJA, E, W (2001); "Exploring the Postmetropolis"; In Minca, C (Eds.); *Postmodern Geographies*; Blackwell; Oxford.
- SORKIN, M (1992)(Ed.); *Variations on a Theme Park: the New American City and the End of Public Space*; Hill and Wang; Nova Iorque.
- TEYSSOT, G (2002); "Relvados. O relvado Americano: encenar o dia-a-dia" In *Si(s)tu*; Revista de Cultura Urbana – Paisagem; 3 & 4; Porto.
- VENTURI, R; SCOTT-BROWN, D; IZENOUR, S (1972); *Learning from Las Vegas*; Cambridge, MA
- ZUKIN, S (1995); *The cultures of cities*; Blackwell; Cambridge.
- ZUKIN, Sharon (1991); *Landscapes of Power: from Detroit to Disney World*; University of California Press; Berkeley.

